ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO GUARAPREV

Data: 29 de Setembro de 2026

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito - Paço Municipal de Guaratuba

Presidente: Rui Sérgio Jacubovski (Conselheiro Administrativo)

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito Municipal de Guaratuba/PR, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo e Fiscal da Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba - GUARAPREV, juntamente com representantes da Diretoria, servidores e consultoria, para apreciação dos assuntos constantes da pauta. A abertura dos trabalhos foi realizada pelo Presidente do Conselho, Sr. Rui Sergio Jacubovski, que cumprimentou os presentes, procedeu à apresentação da pauta e passou a palavra ao Consultor de Investimentos, Sr. Pery de Oliveira Neto, para exposição dos itens constantes da ordem do dia. Inicialmente, o Consultor de Investimentos realizou a apresentação do cenário econômico referente ao mês de agosto de 2026, destacando que, no ambiente internacional, a economia norte-americana permaneceu resiliente, com consumo ainda firme e mercado de trabalho relativamente sólido, enquanto a inflação, apesar de sinais pontuais de desaceleração, permaneceu em patamar que exigia cautela do Federal Reserve. No cenário doméstico, ressaltou-se que os efeitos da política monetária restritiva se tornavam mais perceptíveis sobre a atividade econômica, especialmente por meio da moderação do crédito e dos sinais de elevação da inadimplência, ao mesmo tempo em que os indicadores de inflação de curto prazo apresentavam comportamento ligeiramente mais favorável. Foi informado que o mês de agosto de 2026 registrou deflação de 0,32%, motivada principalmente pelo setor de Habitação, que apresentou recuo de 1,87%, puxado pela queda no preço da energia elétrica, da ordem de 7,63%, decorrente do Bônus de Itaipu. O Consultor abordou, ainda, a defasagem entre os preços praticados pela Petrobras e a paridade de preços internacional - PPI, que atingiu patamares elevados ao longo de 2026, impulsionada pela alta do petróleo e do dólar, tendo o Governo Federal adotado subvenções bilionárias para conter o impacto nos preços praticados nas bombas. Foi comentado que esse conjunto de fatores vinha permitindo a continuidade gradual do ciclo de redução da taxa básica de juros, embora a velocidade dos próximos cortes permanecesse condicionada à evolução das expectativas inflacionárias, do câmbio, do ambiente fiscal e do cenário externo, razão pela qual continuava recomendada postura prudente na condução dos investimentos, priorizando elevada liquidez, segurança e exposição predominante à renda fixa. Na

sequência, foi apresentado o resultado da carteira de investimentos referente ao mês de agosto. O Consultor informou que os recursos submetidos aos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 totalizavam R$ 123.367.386,17 ao final do mês, sendo R$ 123.167.419,11, equivalentes a 99,84%, alocados em renda fixa, além de R$ 199.967,06 em investimentos estruturados, enquanto o patrimônio líquido total, consideradas as disponibilidades financeiras, atingiu R$ 123.719.701,04. Quanto ao desempenho, a carteira apresentou rentabilidade positiva de 1,04% no mês, correspondente a R$ 1.274.351,77, acumulando retorno de 8,64% no exercício, frente à meta atuarial acumulada de 6,93%, representando desempenho superior ao objetivo previdenciário no período. Foi destacado que a renda fixa apresentou retorno de 1,07% no mês, equivalente a R$ 1.302.487,39, enquanto o conjunto de renda variável e investimentos estruturados registrou retorno negativo de 0,98%, correspondente a R$ 28.135,62 negativos. Ressaltou-se, ainda, a característica conservadora da carteira, com 93,77% do patrimônio associado ao CDI, além de 3,33% em títulos privados, 1,58% em IMA-B, 0,68% em crédito privado, 0,20% em FIDC e 0,16% em FIP, evidenciando a manutenção de elevada concentração em ativos de renda fixa e baixa volatilidade. O Consultor destacou que, mais uma vez, a meta atuarial foi superada e que o indicador de risco da carteira registrou o menor patamar do período, fixado em 0,02, com rentabilidade média superior a 1% ao mês, demonstrando, novamente, que a carteira de investimentos do GUARAPREV encontra-se estruturada de forma satisfatória. Em seguida, foi apresentado o Parecer Técnico do Comitê de Investimentos relativo à competência de agosto de 2026. Foi explicado que o documento analisou o cenário econômico, a composição e o desempenho da carteira, os riscos de mercado, crédito e liquidez, os enquadramentos regulamentares e o acompanhamento das posições passivamente desenquadradas. O Comitê registrou que permanecem situações de desenquadramento decorrentes principalmente das alterações promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, das limitações aplicáveis ao GUARAPREV enquanto não houver certificação institucional no Pró-Gestão e da permanência de investimentos antigos, ilíquidos ou estruturados, recomendando a vedação de novos aportes nessas posições e a continuidade do Plano de Contingência para reenquadramento gradual. Também foi mencionado como avanço concreto o resgate integral da posição no TARPON GT INSTITUCIONAL FIF, realizado em agosto, no valor de R$ 2.638.096,81, reduzindo a exposição do Instituto a segmentos não elegíveis para novas aplicações. Ao final, o Comitê manifestou-se favoravelmente à aprovação do parecer técnico, ressalvando a necessidade de continuidade do acompanhamento dos riscos de crédito, liquidez e reenquadramento das posições legadas. Prosseguindo, foi apresentado o Relatório de Diligências referente ao primeiro semestre de 2026. O Consultor explicou aos presentes que o documento tem por finalidade realizar acompanhamento detalhado da carteira de investimentos e, especialmente, dos fundos, instituições financeiras e ativos que demandam monitoramento individualizado, abrangendo aspectos relacionados à liquidez, riscos, demonstrações

financeiras, auditorias, fatos relevantes, assembleias, processos de liquidação, medidas judiciais e demais acontecimentos capazes de afetar a recuperação dos recursos investidos. Foi esclarecido que a carteira corrente do GUARAPREV permanece predominantemente conservadora e líquida, sendo necessário separar essa gestão ordinária das posições históricas ilíquidas ou estressadas, nas quais o Instituto muitas vezes não possui possibilidade de determinar unilateralmente o resgate ou a venda, cabendo-lhe acompanhar os administradores e gestores, participar das assembleias, fiscalizar os planos de liquidação e manter documentalmente registradas todas as diligências realizadas. Nesse contexto, foi prestado esclarecimento específico acerca do LME REC IPCA FIDC Multissetorial Sênior 1 e da expressiva redução verificada no valor da posição. O Consultor explicou que a queda refletida no mês de julho decorreu principalmente da reprecificação promovida ao final de junho, quando foram elevados os percentuais de provisão para devedores duvidosos - PDD, especialmente sobre créditos vinculados à Somopar e à CKBV, tendo o saldo do GUARAPREV passado de aproximadamente R$ 403,89 mil em junho para R$ 247,37 mil em julho. Foi ainda informado que, posteriormente, em setembro, ocorreu nova deterioração no valor da cota, desta vez decorrente do provisionamento de honorários advocatícios sucumbenciais relacionados à ação judicial movida pelo fundo contra o Citibank, ocasionando ajuste patrimonial negativo adicional de 20,39%. Assim, foi esclarecido aos Conselheiros que as reduções observadas não decorreram de simples oscilação de mercado, mas da materialização de risco de crédito, aumento das provisões para perdas e despesas relacionadas a processos judiciais, devendo o investimento continuar sendo acompanhado dentro do respectivo Plano de Liquidação, sem possibilidade de desinvestimento imediato por iniciativa exclusiva do GUARAPREV. Na continuidade da reunião, o Sr. Emerson Machado apresentou o resultado do COMPREV referente ao encerramento do mês de agosto de 2026, informando que o valor total a receber do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS corresponde a R$ 64.637,83, enquanto há valor de R$ 406,70 a pagar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba. Informou também que o relatório registra 432 requerimentos em diferentes fases de tramitação, abrangendo situações de análise, exigência, compensação, análise médica e demais procedimentos próprios do sistema de compensação previdenciária. Ainda com a palavra, o Consultor de Investimentos tratou da certificação profissional dos membros dos órgãos de governança do GUARAPREV, informando sobre a disponibilização de vouchers destinados à realização das provas de certificação e esclarecendo que três Conselheiros ainda necessitam realizar o exame para que o colegiado alcance a totalidade de seus membros certificados. Posteriormente, passou-se à apresentação acerca da possibilidade de aquisição de imóvel para instalação da sede própria do GUARAPREV. O Sr. Eurides Moro, Diretor-Presidente do Instituto, esclareceu aos presentes que o GUARAPREV estuda a aquisição de uma sede própria, utilizando recursos provenientes da Taxa de Administração, destacando, entretanto, que o assunto se encontra ainda em fase inicial

de estudos, sem qualquer definição quanto ao modelo de aquisição. Explicou que deverão ser avaliadas alternativas como a compra de imóvel já edificado, a aquisição de terreno para futura construção ou outras possibilidades que se mostrem técnica, econômica e administrativamente mais adequadas, informando que a procura está concentrada em imóveis situados em região central do Município, próximos às agências bancárias e à sede da Prefeitura Municipal, de modo a facilitar o acesso dos segurados e a rotina administrativa do Instituto. Ressaltou que todos os estudos, providências e etapas do processo serão compartilhados com os membros do Conselho e que, tão logo seja localizado imóvel que atenda aos critérios da procura, os Conselheiros serão convocados para apresentação do bem e deliberação acerca da respectiva aquisição, ficando registrado que, neste momento, não existe deliberação definitiva pela aquisição de imóvel específico, tratando-se exclusivamente do início dos estudos destinados a verificar a viabilidade de implantação de sede própria. Aberta a palavra aos presentes, o Conselheiro Sr. Marcio Sakajiri Tarran, representante do Poder Legislativo, solicitou que seja verificada a possibilidade de o imóvel a ser adquirido contar com área destinada ao atendimento dos segurados inativos, contemplando a realização de palestras e demais atividades voltadas a esse público. Por fim, o Presidente do Conselho, Sr. Rui Sergio Jacubovski, dirigiu-se aos Conselheiros para tratar da necessidade de realização das provas de certificação profissional aplicáveis aos membros dos órgãos de governança do RPPS, ressaltando a importância de que todos acompanhem os procedimentos, cursos preparatórios e cronogramas necessários para atendimento das exigências aplicáveis ao GUARAPREV, reforçando que a certificação dos membros constitui elemento importante para a regularidade da governança previdenciária e para o cumprimento das exigências do Regime. Em seguida, o Presidente franqueou novamente a palavra aos presentes para eventuais dúvidas acerca das apresentações realizadas, não havendo manifestações adicionais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelos demais membros presentes.

_____

Rui Sergio Jacubovski

Presidente do Conselho Deliberativo do GUARAPREV

_____ _____

Roberto Mauro Lima Jaci Delmar Loeblein

Adriano Cavalheiro Petroski

Ido Hepp

Marcio Sakajiri Tarran

Diego Elickar

Tania Malinoski

Flavia Clara Savelli

CONSELHO FISCAL

Washington Alves de Oliveira

Helton dos Santos

Joelson Correa Travassos

Ademir Batista Caetano Jr

Raquel Torquato